

A GEOGRAFIA E O MATERIALISMO HISTÓRICO DIALÉTICO

*GEOGRAPHY AND DIALECTICAL
HISTORICAL MATERIALISM*

*LA GEOGRAFÍA Y EL MATERIALISMO
HISTÓRICO DIALÉTICO*

WILLIAM ROSA ALVES
(*in memoriam*)

JOSÉ GILBERTO DE SOUZA
Universidade Estadual Paulista (UNESP) –
Rio Claro/SP.
E-mail: jg.souza@unesp.br

Resumo: Objetiva-se argumentar sobre a dimensão concreta e o alcance do Método Materialista Histórico Dialético na resolução dos problemas pertinentes à atividade de pesquisa. Não apenas relativos aos objetos de estudo, mas sobretudo às próprias condições de trabalho que temos enfrentado e o que temos pensado sobre elas. Esta dimensão fundamentada onticamente e reconhecida ontologicamente pela consciência, consciente do trabalho e consciente da consciência do trabalho, em suma, sempre refletindo, é portanto a única possibilidade de compreensão de todo o processo/método de trabalho. O homem, com o método, para ser plenamente consciente de si mesmo, deve se voltar não apenas para a realidade, mas para a realidade do trabalho consciente. A ciência (geográfica) consciente deve admitir a totalidade do real e da ciência que versa sobre o mesmo, considerar a si mesma como par dialético deste real, da existência.

Palavras-chave: geografia, materialismo histórico dialético, totalidade, método.

Abstract: The objective is to discuss the concrete dimension and scope of the Dialectical Historical Materialistic Method to solve the problems pertinent to the research activity. Not only related to the objects of study, but also to the working conditions we face and what we have been thinking about them. A dimension based ontically and recognized ontologically by consciousness. Therefore, what requires being aware of work, always reflecting, is the only possibility of understanding the entire process and method of work. The man, with the method, to be fully conscious of himself, must be attentive to reality, but also to the reality of conscious work. Conscious (geographical) science must admit the totality of reality and the science that deals with it. Consider itself as a dialectical pair of this real, of existence.

Keywords: geography, dialectical historical materialism, totality, method.

Resumem: El objetivo es discutir la dimensión concreta y el alcance del Método Materialista Dialéctico Histórico para resolver los problemas pertinentes a la actividad de investigación. No solo está relacionado con los objetos de estudio, sino también con las condiciones de trabajo que enfrentamos y lo que hemos estado pensando sobre ellos. Una dimensión basada onticamente y reconocida ontológicamente por la conciencia. Por lo tanto, lo que requiere ser consciente del trabajo, siempre reflexionando, es la única posibilidad de comprender todo el proceso y método de trabajo. El hombre, con el método, para ser plenamente consciente de sí mismo, debe estar atento a la realidad, pero también a la realidad del trabajo consciente. La ciencia consciente (geográfica) debe admitir la totalidad de la realidad y la ciencia que se ocupa de ella. Considerarse a sí mismo como un par dialéctico de este real, de existencia.

Palabras clave: geografía, materialismo histórico dialéctico, totalidad, método.

Introdução¹

*À renovação de uma ciência está em linha
direta com a consciência que têm os seus
intelectuais das questões que a história está
pondo, colocando-a em crise.
Ruy Moreira (1992:3)*

*Avançar é preciso... refletir também
Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1988:66)*

A intenção neste texto é levantar algumas questões e desenvolver uma reflexão sobre as dificuldades/limitações e possibilidades/potencialidades da atividade de produção do conhecimento científico em geografia. Mais estritamente, objetivamos argumentar sobre a dimensão - em amplitude e profundidade - concreta e o alcance do Método Materialista Histórico Dialético na resolução dos problemas pertinentes à atividade de pesquisa, não apenas relativos aos objetos de estudo, mas sobretudo às próprias condições de trabalho que temos enfrentado e o que temos pensado sobre elas.

Fogem aos limites deste ensaio sistematizações, ou tentativas de esgotamento da discussão do universo de questões possíveis nesta temática. Trata-se, portanto, de uma sequência de tópicos mais provocativos do que conclusivos, embora algumas opções sejam necessárias. Dispomo-nos a explorar referenciais teóricos básicos que signifiquem compreender os momentos relativos à ciência geográfica no Brasil. O objeto deste ensaio, portanto, é a

¹ A publicação se realiza em homenagem ao amigo, companheiro de luta, quadro efetivo da AGB, que faleceu 01/07/2013. O texto foi produzido em cumprimento às atividades da disciplina de Metodologia em Geografia, ministrada pelo Prof. Dr. Eliseu Savério Sposito, no Curso de Pós-Graduação em Geografia/UNESP P.Prudente-SP, no ano de 1992. Uma primeira versão deste texto foi publicada com o título A Geografia e o Método: o pesquisador entre a janela e a calçada. Universitas - Ciências Humanas e da Saúde, São José do Rio Preto-SP. v. 06. 1996. p. 11-20.

própria geografia como atividade científica, mas vista como atividade humana em particular - de geógrafos, mas não em especial - de especialistas. No centro desta discussão, privilegamos a dimensão do método como referencial mais abrangente que possibilite o reconhecimento da diferença entre ciência, ideologia e filosofia como modalidades de saber/ conhecimento e suas possíveis articulações na atividade científica.

Ciência, filosofia, ideologia: o caminhar do manco

Partimos do princípio que ciência, filosofia e ideologia, enquanto modalidades do saber, da consciência, em comum objetivam referenciar intelectualmente as atividades humanas (JAPIASSU, MARCONDES, 1990). Mas, quais diferenciações guardam entre si?

Deve-se reconhecer que a própria necessidade de afirmar esta diferenciação se sustenta em um posicionamento em termos de método, admitindo-se a possibilidade de unificação/ articulação ou separação/ dicotomização dos conhecimentos. Portanto, o problema não se refere a uma ou outra resposta, mas à própria pergunta, como argumenta LÔWY (1991). Este autor questiona a separação ideologia/ ciência e qualifica de positivista a postura de não se questionar a própria indagação inicial que motiva a pesquisa e, portanto, orienta o pesquisador no método. A mera aceitação desta separação corresponde não apenas a uma postura teórica, mas a uma prática de produção científica, consoante e submissa a uma dada organização/ divisão do trabalho intelectual-científico não apenas em si, mas na sua inserção no contexto social que a exige e, por isto mesmo, a sustenta. Claro exemplo está no discípulo de Marx Weber, Alexander von Schelting (apud LÔWY, 1991:55):

A questão de saber em que medida os juízos de valor interferem de fato no seio da atividade empírico-científica, assim como a questão inversa, em que medida se pode factualmente evitar a penetração dos valores na ciência, não nos interessa aqui, essa questão não é um problema lógico, portanto, deixaremos de lado.

Asseveramos que o legado de Weber é preconceituoso com relação à possibilidade de articulação entre ciência, ideologia e filosofia, pois trata estas duas últimas modalidades de saber como preconceituosas, não-conceituosas porque “não-lógicas”. Daí emergem seus preconceitos com relação ao Materialismo Histórico Dialético, como método que em sua incursão investigativa, não como modelo de arranjos conceituais “aplicáveis” à realidade, se dispõe a analisar não apenas o objeto de pesquisa na atividade científica, mas também o sujeito e sua consciência sobre essa atividade mesma.

A dimensão ideológica está necessariamente presente no conhecimento e interfere na sua elaboração/produção. Um fiel positivista, Durkheim (2004:16-17), em sua sistematização de metodologia científica para a sociedade, no prefácio de *As regras do método sociológico*, diz que:

O nosso método não tem nada de revolucionário, pelo contrário, ele é essencialmente conservador, porque considera os fatos sociais como coisas cuja natureza, por mais maleável que seja, não pode ser modificada pela vontade humana.

Note-se bem: Durkheim não diz que os fatos sociais são coisas, mas que são considerados como tal, o que abre uma lacuna entre a crença do pesquisador e seu discurso científico. Neste caso, se trata da elaboração de um método ideologizado mas

pretensamente positivo, coisificado, factual. Como aponta LÔWY (1991:44):

essa opção conservadora é uma obviedade, uma evidência, algo incontroverso (...) No entanto, o que para ele é uma verdade óbvia, para um outro ponto de vista, situado em uma perspectiva diferente, não tem nada de óbvio, são afirmações eminentemente discutíveis.

Ainda segundo este autor, por afirmá-los como preconceitos, a tradição positivista limitou-se:

Porque, para libertar-se de seus preconceitos, a primeira condição é reconhecer o que são preconceitos, prenoções, ideologias (...). Ora, o que caracteriza o preconceito é justamente o seu não-reconhecimento enquanto tal (p. 43).

Se são discutíveis, são objeto do método, portanto podem não ser apenas ideologia ou mesmo não ser ideologia. Isto porque não são somente preconceitos. São ou podem vir a ser ciência ou filosofia, ou seja, não apenas discurso, mas objeto de estudo.

Max Weber defende que não. Sua crítica se refere à presença - ou à possibilidade da presença - de argumentos ideológicos e/ou filosóficos na ciência, quando afirma que:

os marxistas estão habituados a explicar um desacordo com um adversário por seu preconceito de classe e os sociólogos do conhecimento por sua ideologia total. Estes métodos destroem claramente a base da discussão racional e conduzem, em última análise, ao antirracionálsimo e ao miticismo (apud LÔWY, 1987:48).

Por outro lado, as insatisfações com as condições de existência na/da sociedade atual se manifesta não apenas em meio ao senso comum, mas também nos debates acadêmicos. É evidente que vários pesquisadores reconhecem como científicas as questões relativas às próprias condições das atividades de pesquisa, e passam à autocrítica do seu trabalho. A nosso ver, genericamente podem-se reconhecer duas vertentes intelectuais neste debate: os que consideram as mazelas presentes na realidade como resultantes da ausência, insuficiência ou erros da produção científica e os que avaliam que a própria ciência - no todo ou em partes - tem sido produtora desses aspectos indesejáveis.

Quanto aos primeiros, correspondem em geral à tradição cientificista, pois não admitem a legitimidade de outras modalidades de saber para a compreensão e tratamento dos problemas reais a não ser a ciência. A partir da crença na Verdade Absoluta, entendem que esta reside em algum momento e lugar, já dado no passado - tradição/religião - ou no futuro - aperfeiçoamento. Esta trajetória unidirecional-linear permite-nos nomeá-la como positivista em termos gerais.

Nessa perspectiva, consideram que a resolução dos problemas do mundo parte da elaboração científica, portanto das próprias parcelas envolvidas neste conjunto de atividades. O restante da sociedade é visto então como *executor* das teorias. Neste caso, consideram a filosofia e a ideologia como dimensões inócuas e/ou prejudiciais ao progresso da ciência e, necessariamente, da humanidade. Os princípios e normas - o método - corretos no encaminhamento dos problemas humanos são os *científicos* e devem ser elaborados e normatizados entre os *cientistas*.

Para esses, em suma, a Verdade, a Positividade Máxima, o Estado Positivo-Científico de Comte é possível, necessário e suficiente para o alcance da plenitude humana e o método científico, a *Religião da Humanidade* como único caminho ao conhecimento verdadeiro, a realidade em absoluto (RIBEIRO JÚNIOR, 1988). Mas para tanto, argumentam que se deve *desideologizar* e *desfilosofar* o método. Além disto, a organização das atividades científicas deve obedecer a uma hierarquia referenciada no *grau de cientificidade* de cada obra. Propõem o mesmo para a destinação da sua produção, na sociedade. Seu esforço maior consiste em explicar o mundo, a partir da explicação da natureza. É o que o próprio Max Weber chama de *desencantar* a natureza, demonstrar suas *forças* e não o seu significado (HEILBROMER, 1988). A superação do modo de produção feudal pela burguesia exigiu a elaboração de uma nova visão de mundo, uma ideologia, uma consciência e necessariamente uma nova ciência. Segundo esse autor,

desse modo, a ciência torna-se uma ideologia - isto é, uma visão explicativa do mundo. A despeito de sua alardeada abordagem 'positivista' e de seu afastamento da verdade relevada, ela preenche, não obstante, um requisito social indistinguível da religião. A ciência não é ideológica no sentido de uma aceitação de valores sociais, ou de um partidarismo declarado por interesses sociais. Seu aspecto ideológico repousa antes na função desempenhada por sua concepção mais profunda - a matéria indiferente e inerte como substância última da realidade. Desse modo, ela oferece uma visão de mundo compatível com a requerida pela invasão ilimitada do mundo, e a esta necessária em vista do objetivo de acumulação do excedente (HEILBROMER, 1988: 98).

Para nós, não se trata de já existir uma ciência anterior que é tornada ideologia coerente com os interesses da burguesia, pois na

realidade esta classe social é produtora de uma nova realidade e necessariamente da consciência sobre essa realidade mesma - uma ciência, sobretudo porque é dirigente da produção. Além disto, as contradições da *ciência burguesa* não se referem ao seu *caráter ideológico* enquanto uma *falsa consciência*, mas remetem-se à negação da existência de contradições reais nas relações de produção próprias do modo de produção capitalista. E de acordo com o interesse de classe que essa ciência representa, interesse na perpetuação das relações sociais vigentes no capitalismo, seu discurso não pode ser explicativo o suficiente para permitir uma auto superação, pois isto significaria a possibilidade da superação das condições da existência no capitalismo, necessariamente do capitalismo. Daí suas ambiguidades, que atingem a representação – também científica- do próprio homem (MOREIRA, 1991:67-113).

O que interessa é a técnica, o como fazer substitui o *o que* fazer, ou seja, esta *consciência científica* se preocupa apenas com os aspectos metodológicos, e não do método como um todo.

... leva ao tropeço. Mas este leva à necessidade de ...

A partir do legado conteano perde-se a indagação inicial, pois o que importa na atividade científica é demonstrar os fatos, tratar a realidade como factual, não só nas ciências da natureza como também nas da sociedade- em termos de objeto expresso. Por isso na sociologia durkheimiana propõe-se *que os fatos sociais devem ser estudados como coisas*.

A geografia francesa produzida naquele momento, tão presente ainda hoje no Brasil, recebe influência decisiva desta cientificidade, do saber *científico* forjado por La Blache na França, *fruto do clima de competição entre as potências europeias pela*

hegemonia cujo auge é a Guerra Franco-Prussiana de 1870. (MOREIRA, 1989:27).

O desenvolvimento da prática científicista em geografia, no Brasil, corresponde ao período de assimilação da ideologia, filosofia e ciência coerentes com a modernização capitalista *à brasileira* a partir da década de 30, deste século. A base teórico metodológica é a visão lablachiana - descritivo - funcionalista. São bastante representativas as descrições de Aroldo de Azevedo, as modelizações elaboradas no IBGE e em outras instituições acadêmicas: institutos de pesquisa nacional e estaduais, o Projeto Radam-Brasil etc.

A tradição da geografia sem o sujeito brasileiro, que importa modelos e teorias, permanece, mesmo mudando de aparência, com a ascensão dos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial. Um marco de mudança na tradição brasileira é a obra *Perspectivas em Geografia*, organizada por Antônio Christofolletti. O significado de perspectiva é claro: a atividade de pesquisa e necessariamente o sujeito-pesquisador são vistos como externos à realidade mesma do seu objeto. O objetivo colocado é apenas a realidade, mas não a realidade do conhecimento da realidade. O pesquisador é visto como sujeito apenas para a realidade, nunca para si mesmo. Torna-se então objeto para si mesmo, alienando-se da condição de sujeito do seu trabalho. Onde está o sujeito do trabalho científico?

Esta geografia-ciência, por não ter um sujeito-pesquisador para si mesmo, perde a dimensão de subjetividade possível no método, pois nela há dimensões que não possuem sujeito. O não-reconhecimento da possibilidade de existência de interesses na pesquisa leva o isolamento da atividade científica para com a realidade. Então esta é abstraída mas não (re)conhecida. O discurso desta geografia sobre o mundo passa a ser defendido como sendo o

próprio mundo. População, temperatura, renda per-capita, vazão hidrográfica, uso do solo, pressão, organização do espaço, nebulosidade, são vistos como o mundo, nunca como uma visão de mundo - ideológica, filosófica, científica, porque não se admitiu a possibilidade da existência de mais de um método científico. Se o método é apenas um, os outros não são método, não são ciência, são ideologia e/ou filosofia. É a geografia sem o concreto, do homem-fora-do-trabalho (MOREIRA, 1991:87), porque o próprio trabalhador em geografia não é visto como trabalhador-sujeito, pois o seu discurso é considerado não-subjetivo, apenas objetivo. A *eficiência da ciência* e a sua própria existência - é vista como dependente desta objetividade, o que exige uma objetividade correspondente do próprio processo de produção - científico conhecimento, ou seja, exige a exclusão das dimensões subjetivas presentes na ideologia e na filosofia do pesquisador. Assim, a geografia-ciência é vista como a visão *certa* do mundo, e as outras modalidades de saber presentes no saber geográfico são extra científicas, extra método.

Em razão desta crença na separação entre ciência e outras modalidades de saber, os pesquisadores brasileiros ficam desprovidos da possibilidade de decisão sobre sua própria atividade e a maioria assume de forma pouco crítica a sua condição de trabalho e como trabalhador. É notável a contribuição dos geógrafos para a sustentação científica do modelo desenvolvimentista brasileiro – Revista Brasileira de Geografia e Projeto Radam-Brasil, só para lembrar dois, bem como a sua expressão presente nos livros didáticos (SOUZA, 1991). Esta pretensa separação entre ciência e ideologia de Estado não resulta somente na repressão às manifestações sociais, mas também à própria atividade científica, sobretudo durante o

período dos governos militares, que coloca o impasse para os pesquisadores em *Geografia no Brasil*.

A chamada *renovação da geografia brasileira*, a necessidade de superação, então, se refere não apenas às respostas enquanto busca de resultados, mas também às perguntas necessárias para se iniciar a investigação científica e em todos os outros momentos deste processo. Onde começa e termina a ciência nesta trajetória? Há duas respostas possíveis: ou a ciência pode estar onipresente, ou seja, ela pode efetivamente esgotar o universo de indagações humanas, ou por outro lado há a viabilidade/ necessidade de separação das modalidades de saber para a resolução dessas questões. Nesta segunda hipótese, observamos duas outras possibilidades: a de que a ciência não interfere na elaboração das questões primeiras enfrentadas pelos homens e, a da necessidade de haver uma articulação parcial ou integral, temporária ou permanente entre ciência, ideologia e filosofia. Optamos por esta última posição, pois caso contrário o motivo deste trabalho não estaria inscrito no universo a que ele se dispõe a tratar, uma vez que seria necessário de antemão qualificar- ou rotular? - a nossa motivação original como científica, filosófica ou ideológica. Como partimos de uma questão prática- a da produção do conhecimento para leitura e tratamento dos problemas humanos - a dimensão da resposta possível envolve necessariamente a prática humana como um todo, o que envolve então **todas** as modalidades de saber, envolve método. Só assim podemos refutar as tentativas de reduzir a preconceitos a discussão sobre o método. A necessidade de superar a hipocrisia da realidade, a própria hipocrisia, leva alguns geógrafos a ampliar a dimensão da discussão, como no período da crise capitalista dos anos 60-70 do século XX. Nela germinam avanços como o de Yves Lacoste, que

reconhecia, já em 1974, que *o problema ideológico parece estar no cerne do problema epistemológico da geografia* (LACOSTE, 1974:221).

Cada crise generalizada revela também a crise nas atividades científicas, sobretudo a autoteorização sobre o que a ciência faz, a tentativa de entender a si mesma no contexto onde se encontra. Mais recentemente, a teorização sobre a queda do Muro de Berlim desdobrou-se na afirmação - científica? - do fim do socialismo e do comunismo/ fim das ideologias/ fim da história. Como nos lembra MELO (1991:7):

A rigor, o que ocorre hoje, com mais sofisticação intelectual em alguns casos e com o primarismo crasso do tabu em outros, é a crítica apressada de quem vê a árvore mas não vê a floresta.

Os que regam - e colhem - a *árvore da ciência*, dispendo-se a explicar a crise, *demonstrar os fatos*, mais uma vez incorreram no reducionismo de considerar a sua prática e leitura de mundo particular como a compreensão verdadeira da realidade.

... olhar para onde tropeçou, para não acontecer de novo, e se dispor a caminhar mais. Mas...

Qual é a dimensão - amplitude/ escala/ alcance/ profundidade dos problemas da existência e da prática humana? Se o caráter é humano, cabe buscar a qualidade mais essencial possível do humano, ou seja, definir como objeto a onticidade humana, o que significa discuti-la através de uma ontologia. Uma primeira aproximação nos indica que um aspecto que necessariamente corresponde ao caráter ôntico do homem é a sua existência, lugar de nossa partida - quiçá de chegada.

Para Kant (apud JAPIASSU, 1990: 185), *a existência não é um predicado, mas um pressuposto da predicação*. Mas como só se (re)conhece o ser a partir de sua existência necessariamente repleta de predicados, o caráter ôntico dos seres toma um sentido relativo, bem como a ontologia que se dispõe a interpretar este caráter. Caso contrário a ontologia desloca-se do seu ser objeto.

No princípio era o verbo ... É o pensamento que tudo cria e produz? Será preciso pôr: No princípio era a força ... O espírito vem em meu auxílio! Vejo de súbito a solução e escrevo com segurança: No princípio era a ação (GOETHE, 1991: 68).

Optamos, portanto, pelo método que privilegia uma categoria que permite contemplar ao mesmo tempo a dimensão ôntica possível e a existência/realidade concreta do ser: é o trabalho humano, a atividade de transformar a natureza, interagindo-se com ela neste movimento contínuo de união-separação que sustenta o Materialismo Histórico Dialético. Só através da relatividade proposta por Marx pode-se contemplar *o real como a dimensão do possível que se realizou*. Portanto, este método é o instrumento que permite compreender a prática humana na sua integralidade, porque procura acompanhar o movimento real, guiando-nos por ele com ele, e não abstraindo/ extraindo-nos a possibilidade da consciência do trabalho, como no caso dos idealismos e dos materialismos não dialéticos. Ou seja, é o único que comporta a práxis, a união possível e real entre teoria/ ideia e prática/ matéria, o acompanhamento consciente da realidade mesma que experimentamos continuamente.

Lukács usa o método enquanto caminho percorrido pelo sujeito na existência e no processo cognitivo para (re)conhecimento efetivo da prática humana dele mesmo – sujeito - em particular e do

todo social onde está inserido. Para este autor, o ponto de partida é o ser orgânico, reconhecendo que Marx *entendia a consciência como um produto tardio do desenvolvimento do ser material* (LUKÁCS, 1978:3). De fato, Marx (apud CLARET, 1985:60) afirmou que *o livro que Darwin escreveu sobre a seleção natural encerra o fundamento biológico da minha teoria sobre a luta de classes na história*.

Cabe a ressalva: se a existência concreta-material antecede a consciência, não significa que esta é menos importante, que esteja à mercê da primeira, *não é jamais necessariamente um produto de menor valor ontológico* (LUKÁCS, 1978:3). Refutam-se assim, as visões mecanicistas que consideram a matéria como definidora da consciência. A consciência é um reflexo e, por isso mesmo, é capaz de intervir na realidade, pois se fundamenta nela. Isso rompe com qualquer aligeiramento de entendimento que o marxismo não reconhece a dimensão subjetiva no processo constitutivo do conhecimento e isso está em nossas perguntas. A trajetória do processo cognitivo, ou seja, o desenvolvimento da consciência, sustenta-se necessariamente na evolução/ desenvolvimento da matéria. A matéria, caso fosse estática, não seria *provocadora* para o homem, pois não exigiria deste, novas práticas para nela e dela se servir nos seus fins. Aliás, sem essa evolução mesma, obviamente o homem não existiria como ser pensante. Com isto, descartamos os métodos idealistas como possível alternativa de compreensão da realidade, inclusive em termos científicos.

O resultado é a possibilidade *da adaptação ativa, com a modificação consciente do ambiente* (LUKÁCS, 1978:3), ou a *produção dos próprios meios de subsistência* (MARX, 2011). Isto só é possível pelo fato de que no momento exato da realização da atividade humano-sensível, o trabalho, já existe a consciência, que só

se desenvolve a partir da sensibilidade humana em contato com a matéria em transformação por ele mesmo. A existência humana então é uma existência consciente da própria existência e portanto da consciência da própria consciência, ou seja a existência humana é reflexiva. Só a reflexão permite/ potencializa o movimento da consciência em consonância com a própria existência. Daí poder afirmar-se que o homem é natureza - porque é matéria - que se faz história - porque é consciente de ser natureza e portanto ser consciência da própria natureza. Isto significa que, sendo natureza, o homem nega a si próprio como natureza através da consciência, ou seja, diferencia/se, abstrai/se, externaliza dela internalizando-a através do trabalho, pois *nesse movimento, age sobre a natureza exterior e modifica, transforma simultaneamente sua própria natureza*, diz Marx (apud CLARET, 1985:88).

Isto significa uma capacidade relativa da consciência, pois a evolução/ desenvolvimento da matéria, por determinar a consciência, ao mesmo tempo potencializa e limita o desenvolvimento cognitivo, mesmo - e sobretudo por isso mesmo - sendo ele próprio um *movimentador* da matéria. Marx (apud CLARET, 1985:91) alertou que:

os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem: não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente.

... se andar numa perna só, pode tropeçar. Então...

A liberdade é sempre apenas a liberdade de quem pensa diferente
(Rosa Luxemburgo)

Essa relatividade de Marx não admite, em termos de princípios de método, um caráter absoluto ou hierarquizado de um dos *polos* de interação em questão - homem e natureza - e, conseqüentemente, uma unidirecionalidade na motivação do conhecimento.

A história humana pode ser (re)conhecida e lida através do Método Materialista Histórico Dialético, fundamentado na Ontologia Materialista Histórica e Dialética. O Método Materialista Histórico Dialético contempla a interação matéria-consciência, natureza-história, e sua ontologia correspondente garante a correspondência, em valor ontológico, destes entes envolvidos. Isto permite refutar Stálin (apud MAYO, 1966:184) quando afirma:

a ciência da história da sociedade, a despeito de toda a complexidade dos fenômenos da vida social, pode tomar-se ciência tão exata como, digamos, a biologia, e pode ser capaz de fazer uso das leis do desenvolvimento da sociedade, para fins práticos ... Daí converter-se o socialismo, de sonho de melhor futuro para a humanidade, em ciência.

Stálin, assim como os economistas burgueses, os ideólogos e filósofos alemães e os socialistas utópicos, só admitia como ponto de partida no método ou alguns dos aspectos particulares da realidade, e não a totalidade, ou a totalidade sem concretude, apenas **na** ideia. A totalidade, a existência real-concreta, reconhecida em Marx pela interação de onticidades distintas homem e natureza. Sem esta interação determinada necessariamente pela unicidade do real e, portanto, sem a possibilidade e necessidade de unicidade no método. Stálin se vê obrigado a priorizar um dos seus polos estanques e, para não repetir o discurso idealista, privilegia a natureza - e sua representação intelectual, as ciências naturais- como fonte de

inspiração do seu método. Transfere à natureza a possibilidade de (re)conhecimento científico - também ideológico e filosófico - das condições de existência humana e portanto ela - a natureza - é vista como o ponto de partida do caminho de superação das contradições reais. Na realidade, essa representação ideal e sua prática correspondente se aproximam do legado positivista. É no *fisicalismo* - a física social - que se fundamenta a crença na possibilidade da objetividade objetiva - perfeita - do método, não só em termos de objeto, mas das próprias condições de trabalho do cientista, portanto também da sua consciência científica (LÖWY, 1987:37). O leninismo-stalinismo contradisse, assim, a possibilidade de representação intelectual mais concreta do ser concreto, ao omitir que *ser radical é agarrar as coisas pela raiz, e a raiz para o homem é o próprio homem* (Marx apud CLARET, 1985:65).

O conceito do homem em Marx, quando tomado apenas em abstrato, que significa tomá-lo de forma isolada, ou seja, sem contemplar a coerência necessária entre existência e representação consciente dessa existência, desqualifica o **método**, pois este deixa de ser materialista e dialético. Esta contradição sugere o que Marx chama de *alienação e estranhamento*, embora alguns pretensos marxistas não atentem para a questão. Isto ocorre também com relação à possibilidade de articulação ciência/ ideologia/ filosofia. Um exemplo significativo da opção pela abstração está em Lênin, ao afirmar que:

a consciência socialista contemporânea só pode surgir na base de profundos conhecimentos científicos (...) o detentor da ciência não é o proletariado, mas são os intelectuais burgueses (...) A consciência política de classe somente pode ser levada ao operariado a partir do exterior, ou seja, de fora da luta econômica, de fora da esfera das

relações entre operários e patrões. O único campo a partir do qual é possível atingir esta consciência é o campo das relações de todas as classes, de todos os estratos da população com o Estado e o governo, o campo das relações recíprocas de todas as classes.

Estes exemplos demonstram que, com relação ao método, houve rompimento com os princípios marxianos - de Marx - e indicam que a expressão *marxismo ortodoxo* é imprópria para a *tradição* leninista-stalinista. A categoria população, a qual Marx (apud MOREIRA, 1987: 13) considera abstrata, é privilegiada nas considerações de Lênin. De fato, como considera Fontana (apud KONDER, 1992), ocorre um *academicismo marxista*, pois o *'stalinismo' tinha em relação à ciência uma atitude tão 'pérfida' como a de Malthus* (p. 59)

O reducionismo, o *privilegiamento* de categorias particulares como se fossem gerais e até absolutas, levam de fato à perda da unidade do método, pois ainda segundo este autor:

enquanto Lênin acentuava a importância da teoria, declarando que 'sem teoria revolucionária não há movimento revolucionário', seu sucessor na direção do sistema bolchevista mal conseguiu disfarçar seu desprezo pelas exigências da reflexão (...) Stálin chegou a dizer: 'desde que a política seja justa, pode-se progredir até sem conhecimento teórico (p. 76).

... trata-se de optar pelas duas pernas para...

Refutado o primarismo da natureza como guia de interpretação da realidade, pergunta-se: qual a diferença do trabalho humano do natural, bem como qual o método adequado para reconhecê-la – a diferença? Continuamos com LUKÁCS (1978:4) que, a partir de um exemplo da natureza não-humana, reconhece que

para nascer *o trabalho, enquanto base dinâmico-estruturante do novo ser, é indispensável um novo grau de desenvolvimento do processo da reprodução orgânica.*

Para não repetirmos o reducionismo da tradição do método leninista-stalinista - que hoje sabemos a que levou, é necessário dizer que a base orgânica significa o potencial e os limites de realização, e não a realização em si. O que potencializa então realizar conscientemente e, portanto, ter consciência da consciência da realização? Ou seja: quais princípios e categorias do método permitem ler a realidade conscientemente tendo-se a própria consciência como objeto do método e não como um mistério para este - para nós? O princípio é a reflexão, que nos permite afinar como Marx (apud CLARET, 1985:66) que *todos os mistérios (...) encontram sua solução racional na práxis humana e no compreender dessa práxis.* O método não é um receituário, o método tem seu fundamento na práxis e esta última tem como unidade sujeito e objeto.

Só essa racionalidade possibilita-nos superar as situações de beco sem saída, onde o trabalho não supera a sua própria divisão - como vemos na especialização da atividade científica -, limitada *como diferenciação biológica dos exemplares da espécie, que não consegue se tornar princípio de desenvolvimento posterior no sentido de um ser de novo tipo, mantendo-se ao contrário como estágio estabilizado.* (LUKÁCS, 1978:4).

O trabalho consciente é então o marco diferenciador entre homem e natureza, pois ele - e a consciência dele - permite reconhecer, ainda segundo este autor, que:

o momento essencialmente separatório é constituído não pela fabricação de produtos, mas pelo papel da consciência, a qual, precisamente aqui, deixa de ser um mero fenômeno da

reprodução biológica: o produto, diz Marx, é um resultado que no início do processo existia já na representação do trabalhador, isto é, de modo ideal (LUKÁCS, 1978:mp.).

O método, portanto, se sustenta onticamente porque *se pode designar o homem que trabalha, ou seja, o animal tornado homem através do trabalho, como um ser que dá resposta:*

(...) precisamente na medida em que, paralelamente ao desenvolvimento social, e em proporção crescente, ele generaliza, transformando em perguntas seus próprios carecimentos e suas possibilidades de satisfazê-los; e quando, em sua resposta ao carecimento que a provoca, funda e enriquece a própria atividade com tais mediações, frequentemente bastante articuladas, tal modo que não apenas a resposta, mas também a pergunta é um produto imediato da consciência que guia a atividade (p. 5).

Esta amplitude, fundamentada onticamente e reconhecida ontologicamente pela consciência, ou seja, não só trabalhando, mas consciente do trabalho e consciente da consciência do trabalho, em suma, sempre refletindo, é portanto a única que possibilita a compreensão de todo o processo de trabalho, ou seja, permite a consciência de práxis de toda a atividade em geral e necessariamente a própria em particular, enquanto ente do gênero humano. Portanto, permite necessariamente também a consciência da consciência, o que significa para o homem reconhecer a sua consciência como objeto. Assim, o homem, com o método, para ser plenamente consciente de si mesmo, deve se voltar não apenas para a realidade, mas para a realidade do **trabalho consciente**, para a realidade da consciência e para as condições - potenciais e limitações - da consciência na intervenção nesta e para esta realidade mesma. Finalmente, o

método deve contemplar as condições de trabalho consciente do homem, as condições de produção deste trabalho, a própria atividade científica, a produção do conhecimento. Só a partir daí o método contempla a práxis científica.

Enquanto modalidades do saber humano, ou seja, consciência do seu próprio trabalho humano e da consciência deste, ciência, ideologia e filosofia são tardias a esta condição original, são respostas diferenciadas porém passíveis de integração na amplitude de um método que tem como ponto de partida as condições mesmas onde o próprio pesquisador agora não se insere, mas delas emerge. Não se trata de perspectiva, mas de visibilidade. O trabalho pode vir a ser visto pelo trabalhador, tornar-se práxis.

... com o cuidado de sempre verificá-las e ...

A representação ideal - e, portanto, o método - que não contempla essa base ôntica da realidade - a existência, inclusive a existência do pesquisador - está privada da compreensão das próprias condições de existência dessa atividade de pesquisa, a história desta, desde sua gênese até seu futuro possível. Não consegue prever a si mesmo como atividade humana, como trabalho, muito menos o trabalho na realidade onde se encontra. Por não se reconhecer como correspondente à realidade, toma esta como abstração, apesar do discurso de sua concretude. Sem correspondência com o movimento real, precisa negá-lo na ideia e através desta, através do *congelamento* da realidade. Assim, trabalha com *dados dados* - naturais - e não com *dados construídos* - pelo trabalho. Está inspirada em uma natureza sem movimento porque sem o movimento impresso pelo trabalho e portanto sem o movimento da consciência consciente do movimento do trabalho.

Então, não tem a consciência da realidade. Apesar de se afirmar como consciência, não tem consciência de si mesma. Por isto é *não-consciência*. Não é consciência, portanto não vê a si mesma como consciência. Vê a si mesma como *só ciência*. Na condição de reconhecer a si mesmo como somente ciência, não poderia reconhecer-se como filosofia e/ou ideologia. Daí a separação ser condição de sobrevivência para esta *ciência*, a ciência de Condorcet, Saint-Simon, Auguste Comte e de Marx Weber, o Positivismo (LÓWY, 1987: 15-59). É nossa também?

As contradições nas condições de pesquisa para esses pesquisadores é vista então como ausência, insuficiência e/ou erro no planejamento da atividade científica. Se as decisões sobre a produção científica do conhecimento são tomadas segundo critérios outros que não os - apenas- científicos, como participar delas? Voltados para a realidade, mas de costas para si mesmos, estes pesquisadores *mancam* por não ter coerência entre seu discurso cientificista e sua prática. Ou se tornam ingênuos e impotentes perante as decisões, ou passam a contradizer a si mesmos no método de trabalho (MOREIRA, 1992:25). Esses, como:

os economistas, explicam-nos como se produz nessas relações dadas, o que porém não explicam é como se produzem essas relações, quer dizer, o movimento histórico que lhes deu origem.

Da mesma forma, sem contemplar a realidade e, portanto, a consciência da realidade e ainda a consciência da consciência da realidade, lembramo-nos dos pesquisadores criticados por Marx (apud CLARET, 1985:62), da doutrina materialista:

Segundo a qual os homens são produto das circunstâncias da educação, e que, portanto, homens diferentes são produtos de outras circunstâncias e uma educação diferente, esquece que são precisamente os homens que modificam as circunstâncias e que o educador precisa ser educado.

Os termos *pesquisa*, *pesquisador* e *pesquisado* podem muito bem substituir *educação*, *educador* e *educado*. Como, então, pesquisar/ educar o pesquisador/ educador? Ou seja, como o sujeito pode ter a si mesmo como objeto, e quais categorias e princípios de qual método contemplam a própria existência do pesquisador, portanto contemplam também sua representação mental como um todo, nas modalidades de ciência, filosofia e ideologia.

... procurar evitar os tropeços até ...

Para superar o tropeço, torna-se necessário então explorar alguns referenciais teóricos que admitem discutir ideologia, ciência e filosofia numa perspectiva ontológica, e não apenas gnoseológica. Partimos da aparente **vaguidade** e/ou **ambiguidade** do termo ideologia no Positivismo e no Materialismo Histórico Dialético. O que é essa *falsa consciência*? Antecipemo-nos: esta consciência é falsa?

LÔWY (1987) opta - após informar sobre a diversidade de compreensões científicas, filosóficas, ideológicas de ideologia - por examinar *a relação entre visões sociais de mundo (ideológicas ou utópicas) e conhecimento - no domínio das ciências sociais*. Refuta veementemente o Positivismo e se dispõe a teorizar sobre a sociologia do conhecimento, sem separar/ dicotomizar ciência, filosofia e ideologia. O que nos interessa neste momento é apreender qual a categoria que se serve como ponto de partida para a elaboração científica. Ou seja, qual a dimensão original da motivação do método?

Numa perspectiva aparentemente distinta de Lukács, este autor afirma que na contribuição de Marx:

É a classe que 'cria e forma' as visões sociais de mundo, ('superestruturas'), mas estas são sistematizadas e desenvolvidas por seus 'representantes políticos e literários', isto é, seus ideólogos (ou utopistas). A visão social de mundo (ideológica ou utópica) com seus diversos componentes corresponde não somente aos interesses materiais de classe mas também à sua situação social - conceito mais amplo, que permite superar a tentativa reducionista que relaciona as ideologias apenas ao 'interesse' (economicamente definido) (p. 97).

Mas também insere a questão da atividade científica, ao indagar:

este raciocínio vale unicamente para os representantes políticos e literários de uma classe? Não se aplicaria ele também aos seus representantes científicos (ou com pretensão científica), o domínio das ciências sociais e econômicas? (mp.).

A resposta é positiva (sic), para ele e para nós.

... um novo tropeço, particular, agora dentro do Materialismo Histórico Dialético? Mas...

Surge uma nova conclusão, aparentemente contraditória às iniciais que desenvolvemos inicialmente: não é a dimensão ôntica que origina e determina a consciência, ou seja, o método não precisaria estar fundamentado ontologicamente. A amplitude do método deveria contemplar tão somente a dimensão social do homem, a classe social.

Mais estritamente, Lôwy considera Lukács e Korsch historicistas e reducionistas por enfatizar e reduzir a consciência de classe à mera afirmação de sua própria existência enquanto classe, na medida que Korsch afirma que:

o ponto de vista de classe do proletariado representa um nível cognitivo mais elevado porque para o proletariado o conhecimento mais perfeitamente objetivo de sua situação vital é uma necessidade vital, uma questão de vida ou de morte (apud LÔWY, 1987: 127).

Daí Lôwy considerar que:

Às vezes, ele manifesta em seu argumento um aspecto reducionista, tendendo a apresentar o marxismo como a 'simples expressão teórica' da 'luta prática travada pela classe operária em sua libertação'; ao mesmo tempo, ele reconhece, até certo ponto, a especificidade da ciência enquanto atividade cognitiva: a obra de Marx não é o 'reflexo puramente do movimento histórico do proletariado'; ela deu à consciência proletária 'a expressão teórica e científica que lhe convém, elevando por esta razão esta consciência a um nível superior (p. 128).

A conclusão a que este autor chega é que:

Para Lukács, o proletariado é sujeito/objeto idêntico do conhecimento. Ora, a sociedade não se reduz ao proletariado, e o conhecimento do conjunto das relações sociais e da estrutura de classes não pode ser identificado unicamente como uma autoconsciência do proletariado. (...) Seria preciso antes ver na consciência de classe o ponto de partida para a compreensão deste conjunto. A consciência de classe é o fundamento do ponto de vista do proletariado, mas este visa também ao conhecimento de objetos distintos do próprio proletariado (...) Em consequência desta

identificação total entre ciência e consciência, Lukács tende a ignorar a autonomia relativa da ciência social com relação à consciência de classe (p. 127-8).

Estas considerações são mais próximas da separação entre ciência, ideologia e filosofia, pois abrem algumas lacunas: a partir de que momento a consciência passa a ser apenas científica, ou seja, dotada de uma objetividade autônoma em relação à existência do sujeito da atividade científica? Consideramos correto afirmar que o proletariado não é a realidade e, portanto, o sujeito da história, que existem outras realidades e sujeitos, mesmo porque o próprio proletariado é relativo na sua condição de classe. Mas LÖWY (1987) parece não ter entendido a relatividade **dialética** de Marx enfatizada por Lukács, assim como considera excessiva a afirmação de Gramsci sobre o caráter ideológico da ciência, a sua:

rejeição total do positivismo (...) e, em particular, da sociologia positivista, da qual ele critica a pretensão em descrever e classificar esquematicamente os fatos históricos e políticos, segundo os critérios tomados do modelo das ciências naturais: não existe 'ciência puramente factual' da sociedade porque 'toda sociologia pressupõe uma filosofia, uma concepção de mundo, da qual é um fragmento subordinado (p. 129).

A consciência, por emergir de sua condição primeira no conjunto da sociedade- a condição coletiva de classe, só abarca a dimensão da qual participa. Assim, apenas as classes que participam da produção no seu todo poderiam desenvolver uma consciência dessa totalidade mesma. Seriam então as únicas capazes de compreender o todo do movimento real - o processo histórico - onde participam.

Mas ao lembrarmos do legado de Marx, reconhecemos que é na história que o homem se realiza enquanto tal, ou seja, é na negação da sua natureza natural/ afirmação da sua natureza social que reside a realização do potencial visto acima em Lukács. Então a classe é existência e a sua consciência somente se realiza mediante a coerência entre a condição de existência e a representação consciente desta condição mesma. É ao mesmo tempo potencial e realização. O universo do método consciente é o mesmo, pois a dimensão ôntica do homem é a sua dimensão social, a classe social. É isto porque não existe homem fora da história, *desconsciente* da sua existência e, repetimos, *desconsciente* da consciência. Não existe subjetividade sem objetividade e vice-versa. A unidade do real nos permite afirmar que o fato é, ao mesmo tempo, objetivo e subjetivo, porque o homem é um objeto-sujeito e portanto sua consciência também é objetiva-subjetiva, porque o homem é um sujeito-objeto. A ciência, portanto, deve contemplar esta unidade para se constituir como uma modalidade de saber consciente do mundo porque consciente de si mesma. Assim, juízo de valor e juízo de fato não existem em separado (LÔWY, 1987: 134). Portanto, a ciência não deve separá-los sob pena de perder a unidade necessária à sua coerência e efetividade.

Na *renovação da geografia brasileira*, segundo MOREIRA (1992:25), ocorreram essas separações resultantes do *privilegiamento* de dimensões particulares que não possibilitam o reconhecimento da unidade do real. O potencial disposto a partir do resgate de categorias mais universais - históricas e dialéticas, não resultou numa realização da consciência sobre esta ciência. Resgatou-se desde a *historicidade do espaço*, via sujeito e espaço até o *trabalho*, mas reduzidos a dimensões particulares, sem a potencialização da totalidade.

Novamente é necessário refletir e perguntar: sendo homem - enquanto ser (onto) - e classe - enquanto realização deste ser - universos e categorias distintas entre si, porque correspondentes a momentos distintos na realidade e necessariamente no método, o que as unifica?

... para além do tropeço particular, caminhar mais um pouco...

Certamente é o movimento real, mas a representação consciente deste movimento não é imediata. É necessária a mediação através de categorias que não apenas se refiram à dinâmica do real, ou seja, não é somente o Materialismo Dialético que contém a resposta científica para a consciência se tornar consciente de si mesma, ultrapassar sua validade ideológica e filosófica, (re)afirmando-as. Este aparente beco sem saída só é resolvido também com um conteúdo específico, e não apenas com um discurso sobre este conteúdo- a ciência, mesmo que pretensamente dialética. Somente o movimento único/ unificado entre o real e a representação deste real (re)unifica o método e possibilita ao sujeito intervir na transformação da sua existência mesma, ou seja, realizar a práxis. A separação entre conteúdo/ matéria e representação/ ideia presente em Hegel é objeto da mais eloquente e consistente crítica de Marx. Por isso consideramos que o pensamento marxiano não é o pensamento hegeliano invertido, de *cabeça para baixo*. Hegel, como o próprio Marx afirmou, só conseguiu conceber a totalidade na ideia, totalidade sem matéria. Daí não se poder falar em uma matriz marxista-hegeliana em filosofia, ideologia e/ou ciência.

... e retomar o fôlego, via tropeço geral, da denúncia ...

O conteúdo, então, é o fundamento original de uma ciência consciente. Sua dimensão, como vimos na comparação entre Lukács e Lôwy, não pode estar congelada, abstrata, mas corresponder ao movimento. Esta relatividade exige a identificação da especificidade do conteúdo e, portanto, da ciência segundo suas especificidades. Mas não devemos perder de vista que assim como as especificidades são históricas, correspondem ao desenvolvimento real da sociedade, a consciência disto também é histórica. Assim, filosofia e ideologia, no acompanhamento do real e da atividade científica, são relevantes para a consciência dos pesquisadores sobre sua atividade específica, a ciência. E vice-versa? Pode ou deve a ciência ter como objeto a filosofia e a ideologia, ou aspectos destas?

O interesse na separação das modalidades do saber humano fundamenta a crença da possibilidade de realização da atividade científica não-reflexiva. Assim, propicia a especialização desta atividade, pois desprovida que se encontra daquilo que exige a unicidade do método: a possibilidade de refletir sobre o método, o que envolve filosofia e ideologia. A relação entre ciência e trabalho é objeto da discussão de OLIVEIRA (1988: 68), que a princípio reclama da carência de trabalhos que discutam a divisão do trabalho acadêmico. Este autor reconhece e convoca à discussão do contexto histórico da produção do conhecimento, a *gênese da produção geográfica*. Segundo ele, somente através dessa compreensão o trabalhador-produtor de conhecimento poderia compreender sua condição, compreender que:

dessa forma no modo capitalista de produção: 'O cientista e o operário produtivo estão completamente separados, e a ciência, em vez de

umentar, nas mãos do operário, as suas forças produtivas e de o fazer tirar proveito disso, está em quase em todo lado dirigido contra ele. O saber torna-se um instrumento que pode separar-se do trabalho e até opor-se-lhe (p. 69).

Esta aparente separação/contradição entre trabalho científico e trabalho produtivo, na verdade é separação/contradição da consciência sobre o próprio trabalho, produtivo e científico. Esta é finalmente vista como crise em geral - da compreensão da totalidade ou *crise da cultura*, o que possibilita o reconhecimento da crise na própria ciência. Então, há uma cultura da crise, pois a totalidade em crise exige totalidade de reconhecimento, ou seja, criticar também a crise. Esta é a preocupação de SILVA (1988:13), ao reconhecer as fragmentações existentes na geografia, não apenas internas, as várias geografias, mas da crise de pensamento de síntese, o que envolve as modalidades de saber em questão. Há então vários espaços da geografia, entendendo esse autor que o espaço da geografia é o próprio espaço de sua subtotalidade. Por isso, é um espaço de ciência e ideologia, que se relaciona com outros espaços na interdisciplinaridade das múltiplas subtotalidades (p. 23).

Entendemos que essa denúncia se refere à separação entre as modalidades de saber. Mas, mesmo reconhecendo que a subtotalidade - espaço da geografia - pode ser alternativa para a crise da ciência geográfica, o que dizer da crise da consciência geográfica, a consciência da ciência? A dimensão real da crise parece ter sido percebida por esse mesmo autor, pois ele conclui finalmente que o espaço da geografia é o discurso que extrapola a subtotalidade, mas não pode ser compreendido como ôntico, mas em sua dimensão ontológica, que são elementos extremamente distintos, na consciência realizada como compreensão do real no todo e na parte.

Mas o discurso, para nós, representa a consciência da parte, a ciência. E a consciência do todo, a consciência da existência da *práxis*?

... via dialética da denúncia, do tropeço geral...

Entendemos que uma categoria fundamental do Método Materialista Histórico Dialético é a totalidade da existência real. Isto coloca a oportunidade da denúncia. Mas superar a denúncia rumo à realização do novo exige a instrumentalização da consciência do movimento real, da história, exige a articulação das modalidades de saber, para dar conta de todo o processo do trabalho, inclusive o trabalho científico, visto como objeto de si mesmo. Então a ciência consciente deve admitir a totalidade do real e da ciência que versa sobre o mesmo, considerar a si mesma como par dialético deste real, da existência. Então a existência da ciência consciente é a consciência que o pesquisador tem de si mesmo, contemplando as modalidades de saber que necessariamente possui e realiza a cada *mo(vi)mento*. A partir de então, emerge a consciência da totalidade em movimento e do movimento na totalidade. Este é o fundamento que permite perceber a contribuição de Marx, embora vários autores pretensamente materialistas históricos dialéticos não tenham dado conta disto.

O tropeço de Lôwy, para nós, ocorre a partir da desconsideração da categoria totalidade. Isto ocorre porque o que está em pauta para este autor são ideias. O *princípio da carruagem*, se não aplicado, não ultrapassa a *gnosilogia*-sociologia do pensamento positivista, historicista e marxista, não possibilita a saída do mesmo lodaçal que critica. Parece-nos equívoco semelhante ao de Lênin e Stálin, já analisados neste ensaio. O legado

pretensamente científico da tradição leninista-stalinista nega o Materialismo Histórico Dialético ao discursar que a classe é a totalidade da existência humana, toda a humanidade do homem, como se a burguesia, o campesinato, contivessem em si também essa totalidade proletária.

Todo movimento é movimento em uma totalidade, pois se ele próprio é considerado uma totalidade em si mesma, não há movimento no interior desta sociedade. Entre os leninistas e/ou stalinistas, só era admitido como movimento real o movimento monolítico do proletariado - representado a partir da *vanguarda operária*, e não o movimento dialético que ocorre na contradição da sociedade capitalista, a luta de classes. Por isso, a aparente ruptura existente a partir da Revolução Socialista Russa nos permite considerar que a totalidade foi perdida no discurso, para que o método se assumisse como ciência, determinante da ideologia e da filosofia *verdadeiras* para o proletariado e, portanto, para a humanidade. Não foi pueril a polêmica entre Lênin e Rosa Luxemburgo.

... à totalidade? Utopia? É o fim ou ...

O resgate de Lukács nos remete à totalidade ôntica do ser humano - existência, o que abre possibilidade para entender que este potencial permite a realização da classe, que não existe a priori, mas tardiamente. Tardia mas não menos importante em valor ontológico, ou seja, a ontologia sobre o humano não é superior à ontologia sobre a classe, nem vice-versa, como crêem os leninistas-stalinistas. Não é justamente porque o movimento indica que o potencial pode se realizar, mas nunca mecanicamente na dimensão do homem, na história. Só ocorre sempre com a consciência por inteiro. É a

necessária unidade entre matéria e representação ideal - o trabalho visto pelo próprio trabalhador como práxis, o que coloca a necessidade de uma integridade/ coerência do método, que indica que devemos nos preocupar com este para orientar-nos nas indagações e respostas sobre as modalidades de saber nele envolvidos. Sem o método, não se discutem conceitos, categorias e/ou princípios, sejam eles científicos, ideológicos e/ou filosóficos, não há apriorismos. Desta maneira, a atividade científica, assim como qualquer outra, se torna preconceituosa, não contempla a existência e, portanto, não contribui para a superação das dificuldades que nela encontramos cotidianamente. Sem a consciência de representação ideal já no início do trabalho - inclusive a do próprio trabalho científico, consciência da consciência - o trabalhador/pesquisador parte de uma separação na ideia que não encontra correspondente na vida real, na existência, portanto não o capacita a superar as separações desta. Como nos diz Lukács (1976:41):

É o ponto de vista da totalidade e não a predominância das causas econômicas na explicação da história que distingue de forma decisiva o marxismo da ciência burguesa. A categoria da totalidade, e dominação do todo sobre as partes, que é determinante e se exerce em todos os domínios, constituem a essência do método que Marx tomou de Hegel e que transformou de maneira original para dele fazer o fundamento de uma ciência inteiramente nova. A separação capitalista entre o produtor e o processo de trabalho do conjunto da produção, a parcelarização do processo de trabalho em partes que deixam de lado o caráter humano do trabalhador, a atomização da sociedade em indivíduos que vão produzindo sempre sem plano e sem acordo etc., tudo isso leva necessariamente a exercer uma profunda influência no pensamento, na ciência e na filosofia do capitalismo. E o que há de fundamentalmente revolucionário na ciência

proletária não é apenas o fato de opor à sociedade burguesa conteúdos revolucionários, mas sim, e, primeiro lugar, a essência revolucionária do método. O reino da categoria da totalidade é o portador do princípio revolucionário da ciência.

É a partir desta compreensão, e somente desta, que podemos reconhecer a utilidade, o potencial do Método Materialista Histórico Dialético enquanto o que permite a compreensão da realidade no seu todo, enquanto totalidade, porque resgata a radicalidade dessa realidade mesma, o seu caráter ontológico. É também porque se fundamenta na dialética, onde não existe nada fixo ou eterno, nada absoluto a não ser o movimento desta totalidade mesma. Só aí toma sentido permanente a utopia, porque a totalidade nunca é uma totalidade acabada, mas sempre se fazendo, uma totalização.

E o faz porque une o sujeito ao objeto, através do reconhecimento do trabalho consciente, trabalho agora também tomado como totalidade na relação natureza-história, histórica porque consciente de si mesma. É somente através desta consciência que o homem pode avançar na transformação não só da natureza, mas de si mesmo como sujeito individual e coletivo. Só esta radicalidade permite a compreensão da justeza do *social-ismo*, o socialismo, superando a parcialidade da pretensa justeza da ciência, ideologia e/ou filosofia. Por isto o movimento deve ser reconhecido como único absoluto, como sempre possibilidade e sempre método. A busca incessante referenciada no método possibilitou a Marx (apud CLARET, 1985:88) reconhecer naquele momento que *os filósofos se limitaram a interpretar o mundo de diversas maneiras; o que importa é modificá-lo*. É no reencontro do método que podemos reconhecer a possibilidade da realização de fins efetivamente

humanos, *sair da pré-história para entrar na história*, nossa história. Esse reencontro conosco exige reconhecer que:

o marxismo ortodoxo não significa, pois, uma adesão sem crítica aos resultados da pesquisa de Marx, não significa uma 'fé' numa ou noutra tese, nem a exegese de um livro 'sagrado'. A ortodoxia em matéria de marxismo refere-se, pelo contrário, e exclusivamente, ao método. Implica a convicção científica de que, com o materialismo dialético, encontrou o método de investigação justo, de que este método só pode ser desenvolvido, aperfeiçoado, aprofundado no sentido de seus fundadores; mas que todas as tentativas de 'superar' ou 'melhorar' levaram apenas a uma vulgarização, a fazer dele um ecletismo – e tinham necessariamente que levar ai (LUKÁCS, 1976: 15).

É este instrumento que possibilita a compreensão mais abrangente da nossa existência atual - porque não acabada - nos marcos do capitalismo. Conforme Sartre (1987), o marxismo é insuperável enquanto existir o capitalismo e a ciência/ ideologia/ filosofia burguesa, que contempla apenas os interesses da sua visão. Enquanto trabalhadores/ produtores de conhecimento, devemos reconhecer que essa visão de mundo não nos interessa porque não contribui para nossa verdadeira condição. Esta situação nos provoca, e a possibilidade de uma nova visão de mundo só se realiza com a realização da superação destas condições de trabalho, pautada ainda várias vezes pelos preconceitos, pela separação. Superá-las é reencontrar-se consigo mesmo, buscar a humanidade-plena a cada momento, a utopia. Esta que tem sido negada pelo “presentismo”, de suas “narrativas ensimesmadas”, de seus “identitarismos fragmentadores” e pós-modernos que negam a totalidade. Tomamos no princípio - e por princípio - como ponto de apoio a utopia que nos potencializa a superar estas dificuldades, realizar estes anseios,

avançar, através também da ciência, exigiu-nos reconhecer e nos compromissar que é pois, na busca incessante de nossa humanidade que residem a força e a riqueza do marxismo (MELO, 1991 :9).

*O importante não é o que fazem do homem. Mas o que ele
faz do que fazem dele*

(Jean Paul Sartre, 1987)

Referências bibliográficas

CLARET, Martin (coord.). *O pensamento vivo de Karl Marx*. São Paulo: Martin Claret, 1985.

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. Lisboa: Editorial Presença, 2004.

GHOETE, Johann. Wolfgang., *Fausto*. Belo Horizonte-Rio. Villa Rica, 1991.

HEILBRONER, Robert. *A natureza e a lógica do capitalismo*. São Paulo: Ática, 1988, (Série fundamentos; 43).

JAPIASSU, Hilton, MARCONDES, Danilo. *Dicionário Básico de Filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

KONDER, Leandro. *O futuro da filosofia da práxis: o pensamento de Karl Marx no século XXI*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

LACOSTE, Yves. Geografia. In: CHÂTELET, F. (dir.) *História da filosofia: idéias, doutrinas*. V.7: A filosofia das ciências sociais. Rio de Janeiro: Zahar, 1974. p. 221-74.

LÔWY, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. São Paulo: Busca Vida, 1987.

LÔWY, Michael. *Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista*. São Paulo: Cortez, 1991

LUKÁCS, Georg. As bases ontológicas da atividade humana. NOGUEIRA, Marco Aurélio e outros (org.) *Temas de ciências humanas*. V. 4. São Paulo: Livraria de Ciências Humanas, 1978, p. 1-18.

LUKÁCS, Georg. O marxismo ortodoxo. In: *História e consciência de classe*. Porto: Publicações Escorpião, 1976, p. 3-40.

LUKÁCS, Georg. Rosa Luxemburgo, marxista. In: *História e consciência de classe*. Porto: Publicações Escorpião, 1976. p. 40-56.

MARX, Karl. *A ideologia alemã*. São Paulo: Hucitec, 1979.

MARX, Karl. *A miséria da filosofia*. São Paulo: Mandacaru, 1990.

MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MAYO, Henri B. O marxismo como uma filosofia da história. *Introdução à teoria marxista*. São Paulo: Liv. Freitas e Bastos, 1966. pp. 182-208.

MELO, Jairo G. O ponto de apoio. *Caderno Prudentino de Geografia. Presidente Prudente*, n. 13, p. 6-9, jun. 1991.

MOREIRA, Ruy. Assim se passaram dez anos (a renovação da geografia no Brasil. 1978-1988). *Caderno Prudentino de Geografia. Presidente Prudente*, n. 14, p. 3-39, jun. 1991.

MOREIRA, Ruy. *O discurso do avesso (para a crítica da geografia que se ensina)*. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1987, p. 13-26.

MOREIRA, Ruy. A concepção de natureza na geografia física. *Caderno Prudentino de Geografia. Presidente Prudente*, n. 13, p. 67-113, jun. 1991.

MOREIRA, Ruy. Marxismo e geografia. *Caderno Prudentino de Geografia. Presidente Prudente*, n. 14, p. 27-41, 1989.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. Espaço e tempo: compreensão materialista e dialética. In: SANTOS, Milton. *Novos rumos da geografia brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1988.

RIBEIRO JUNIOR, João. *O que é positivismo*. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1988, pp. 18-29.

SARTRE, Jean Paul. *O existencialismo é um humanismo*. São Paulo: Nova Cultural. 1987.

SILVA, Armando C. da. Contribuição à crítica da crise da geografia.
SANTOS, Milton. *Novos rumos da geografia brasileira*. 7ª ed. São Paulo: Hucitec, 1988, pp. 13-24.

SOUZA, José Gilberto de. *O conceito de trabalho no livro didático de geografia*. Presidente Prudente - SP - FCT/UNESP, 1991

Submetido em: 06 de outubro de 2020.

Devolvido para revisão em: 10 de junho de 2020.

Aprovado em: 13 de junho de 2020.

Como citar este artigo:

ALVES, William Rosa; SOUZA, José Gilberto de. A Geografia e o Materialismo Histórico Dialético. **Terra Livre**, v. 1, n. 54, p. 923-961, jan.-jun./2020.